



PROCESSO Nº: 9047/2013 D
APENSO Nº: 480.000.003/2011
ORIGEM: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF
ASSUNTO: Tomada de Contas Especial – TCE
EMENTA: TCE. CBMDF. Recebimento irregular de indenização de transporte por militar na passagem para a inatividade. Contas julgadas irregulares, imputação de débito e inabilitação. Decisão nº 5.608/2016. Determinação para restabelecimento dos descontos em folha de pagamento. Requerimento apresentado pelo representante legal do militar. Pelo conhecimento e desprovimento do pleito. Ministério Público aquiesce. Voto convergente.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidade no recebimento de indenização de transporte, em razão da passagem para a inatividade do militar Delso Queiroz Florindo, do CBMDF.

O Tribunal proferiu a Decisão nº 5608/2016, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos documentos de fls. 130/142; b) do requerimento às fls. 139/140 para, no mérito, negar-lhe provimento; c) da Informação nº 284/2016/2ª DICONTE/SECONT (fls. 144/147); d) do Parecer nº 958/2016-DA (fls. 148/150); II – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF que retome os descontos nos vencimentos/proventos do militar Delso Queiroz Florindo, em decorrência da Decisão nº 1379/2015 e do Acórdão nº 149/2015, que havia sido suspenso pela Decisão nº 3494/2016, informando a esta Corte a devida implementação no prazo de 30 dias; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos registros/comunicações e posterior arquivamento.”

A Secretaria de Contas por meio da Informação nº 264/2016, tece as seguintes considerações:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 190

Proc.: 9047/13

Jeane

Em 07.11.2016, ingressou o requerimento de fls. 160/172, mediante o qual o senhor Delso Queiroz Florindo, por meio de seu representante legal, requer *“que este TCDFT se abstenha de determinar a implementação de descontos compulsórios no contracheque do Requerente em detrimento da dívida para com o erário público ante a necessidade de se aguardar a decisão definitiva do STF sobre a possibilidade de prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.”*

Preliminarmente, no que toca à admissibilidade, tem-se que em face do direito de petição, constitucionalmente assegurado pelo art. 5.º, XXXIV, "a", da CF/88, o requerimento em foco pode ser conhecido pelo Tribunal.

No tocante à situação constituída nos autos, cumpre indicar que o Tribunal, por meio da Decisão nº 1.379/2015 e do Acórdão nº 149/2015, fls. 86/87, julgou irregulares as contas, com imputação de débito e inabilitação ao militar envolvido, e autorizou o desconto parcelado da importância devida na folha de pagamento do responsável, com estrita observância ao rito legal estabelecido para a espécie.

Após a notificação de fl. 88, e ultrapassados os prazos para recolhimento do débito ou interposição de recurso, foram adotadas as providências para o desconto do valor devido na folha de pagamento do militar, consoante informado pela Corporação Militar, às fls. 93/96.

Inconformado, o Sr. Delso Queiroz Florindo interpôs o recurso de fls. 97/98.

Ao examinar o mérito da peça recursal, o Tribunal, mediante a Decisão n.º 3.494/2016, fl. 129, deu provimento ao recurso, em razão da ausência de comunicação ao interessado da Decisão n.º 1.379/2015 e do Acórdão n.º 149/2015, fato que refletiu em supressão de instância recursal e, nesse sentido, determinou que fosse efetuada nova notificação do militar, bem ainda, que o CBMDF suspendesse os descontos então efetuados nos seus proventos.



Vencido o prazo fixado na notificação de fl. 132, diante do não recolhimento do débito, o Tribunal proferiu a Decisão nº 5.608/2016, com determinação ao CBMDF para dar continuidade aos descontos.

Especificamente quanto ao pedido constante do requerimento apresentado pelo interessado, o Corpo Instrutivo ressalta que a recomposição do débito imputado ao senhor Delso Queiroz Florindo, pela via do desconto parcelado na folha de pagamento do aludido militar, observa o rito previsto na lei que trata da matéria (inciso I do art. 29 da LC n.º 01/1994¹), uma vez que o interessado integra o quadro de pessoal do GDF.

Destaca, ainda, que ao longo de todo o trâmite processual, os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa foram amplamente assegurados ao militar-beneficiário da indenização de transporte indevida, restando observado, em sua plenitude, o devido processo legal.

Oportuno observar, também, que o art. 25 da LC n.º 01/1994 estabelece que a “*decisão do Tribunal, de que resulte **imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo**, nos termos da alínea ‘b’ do inciso III do art. 24 desta Lei Complementar*”.

Nessa perspectiva, o pedido formulado pelo militar, amparando-se em julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, para que TCDF se abstenha de determinar descontos no seu contracheque, mostra-se descabido. Isso porque, o juízo preliminar da Excelsa Corte, sobre o tema em debate no RE 636.886-AL, não possui o condão de invalidar o procedimento de recomposição do débito determinado por esta Corte de Contas, que está seguindo exatamente o que preconiza a lei que trata da matéria.

Em assim sendo e em face das razões expostas, o Corpo Instrutivo opina pelo indeferimento do pedido formulado no requerimento de fls. 160/172.

¹ “Art. 29. Expirado o prazo a que se refere o art. 26 desta Lei Complementar, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

I – determinar o **desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável**, observados os limites previstos na legislação pertinente; [...]”



O Ministério Público endossa as sugestões apresentadas. Veja-se, a propósito, partes do Parecer nº 32/2017/16-CF, da lavra do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque:

“8. Observe-se que a questão trazida aos autos refere-se à possibilidade de decisão definitiva exarada pelo STF, em sede do Recurso Extraordinário n.º 636.886-AL, ter condão de repercutir sobre decisão do TCDF que condenou o Sr. Delso Queiroz Florindo a ressarcir aos cofres distritais valor indevidamente recebido a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, uma vez que, no citado recurso, a Suprema Corte discute a possibilidade de prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

11. Sobre a questão atinente à prescrição da pretensão de a Corte de Contas aplicar penalidades, vez que transcorridos mais de cinco anos entre a data de ocorrência dos fatos (02.02.1998) e a data em que foi prolatada decisão condenatória (09.04.2015), à mingua de legislação específica sobre o tema, em âmbito próprio, diversos os pontos a serem esclarecidos.

12. Vale registrar que, em diversas oportunidades, este representante ministerial já manifestou entendimento no sentido de que “(...) os ilícitos praticados por agentes públicos, decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa, em que resultem prejuízos ao erário não são atingidos pela prescrição contida no §5º do artigo 37 da Constituição Federal, devendo o Poder Público buscar a qualquer tempo o ressarcimento do dano, utilizando-se dos meios cabíveis e postos a sua disposição, seja na esfera administrativa ou judicial”. (grifo nosso).

*13. Impende ressaltar que muito se tem debatido acerca do alcance da regra constitucional insculpida no §5º do artigo 37 da Constituição Federal, especialmente no que concerne à sua parte final, que dispõe que “(...) lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento**” (grifei).*

14. Saliente-se que, nos casos em que, por intermédio dos Tribunais de Contas, a Administração Pública procura se ressarcir de prejuízo causado por ilícitos, inexistente a prescrição. O legislador constituinte criou exceção à regra da prescritibilidade quando se trata do direito de a Administração se ressarcir de prejuízos causados ao erário por ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não.

19. Na visão Ministerial, na esteira de precedentes do STJ, a Corte, no exercício de sua missão constitucional, nos termos do artigo 71 da Constituição Federal de 1988, em face dos princípios da segurança jurídica e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 193

Proc.: 9047/13

Jeane

razoável duração do processo, não pode deixar de observar os limites temporais para aplicação de sanções aos responsáveis por prática de atos ilícitos, mormente porque a Carta Magna admite, como regra excepcional, apenas a imprescritibilidade das ações de ressarcimento e dos crimes de prática do racismo e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

20. Nesse contexto, de fato, ocorre a prescrição no âmbito dos Tribunais de Contas em relação à aplicação de penalidades, o que demanda solucionar questões relativas ao prazo prescricional, à data de início da contagem do prazo e às causas de suspensão ou interrupção do prazo.

21. Quanto ao prazo prescricional, é defendida por diversos autores a prescrição quinquenal, em virtude de estar presente em muitos dispositivos que tratam da matéria:

☐ *este é o prazo prescricional para propositura de ações populares contra atos lesivos ao patrimônio público, conforme dispõe o art. 21 da lei n.º 4.717, de 19.06.65;*

☐ *é o prazo definido no art. 23 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);*

☐ *da mesma forma, este também é o prazo prescricional de dívidas passivas da Fazenda Pública (Dec. Nº 20.910, de 06.01.32, art. 10; e Dec.-lei nº 4.597, de 19.08.42, art. 2º);*

☐ *por sua vez, este é o prazo em que prescreve a ação correspondente ao direito de pleitear a restituição de tributos pagos indevidamente (Código Tributário Nacional, art. 168 e 174);*

☐ *e ainda é o prazo para a Administração anular seu atos inválidos dos quais hajam decorrido efeitos favoráveis ao administrado, salvo comprovada má-fé, consoante art. 54 da Lei 9.784, de 29.1.99, disciplinadora do processo administrativo.*

22. Nesse sentido, vale registrar recente decisão prolatada em sede de Medida Cautelar em Mandado de Segurança, de relato do Ministro Luís Roberto Barroso, em juízo perfunctório, sem prejuízo de um melhor exame da questão quando da decisão final:

“MS 32201 MC / MS - MATO GROSSO DO SUL

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA

Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO

Julgamento: 16/10/2013

DJe-209 DIVULG 21/10/2013 PUBLIC 22/10/2013

Partes

IMPTE.(S) : CELSO CESTARI PINHEIRO

ADV.(A/S) : JOAQUIM BASSO

IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. PRESCRIÇÃO. 1. É plausível a incidência do prazo prescricional quinquenal às multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União. 2. Medida liminar deferida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 194

Proc.: 9047/13

Jeane

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União que condenou o impetrante ao pagamento de pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Sustenta-se na inicial que a referida penalidade teria sido atingida pela prescrição, bem como que o impetrante não poderia ser responsabilizado, na forma da legislação que entende aplicável.

A autoridade impetrada prestou informações, em que sustentou a regularidade do ato questionado.

É o relatório. Decido o pedido liminar.

Considero plausível a alegação de prescrição da pena de multa, uma vez que se passaram mais de cinco anos entre a exoneração do impetrante do cargo no qual praticou os atos pelos quais foi responsabilizado (14.02.2003, cf. doc. 74), e a sua notificação para apresentar razões, isto é, 15.09.2008, conforme reconhecido pela própria autoridade impetrada.

Note-se que não se trata da pretensão de ressarcimento referida no art. 37, § 5º, da Constituição da República, e sim de pretensão de aplicação de pena de multa por órgão fiscalizatório.

A autoridade impetrada sustenta nas informações que não exerce poder de polícia, e sim controle externo previsto constitucionalmente. Assim, entende inaplicável a Lei nº 9.873/99, e, em razão da inexistência de disposição específica acerca de prazo prescricional, defende a incidência do lapso decenal geral, previsto no art. 205 do Código Civil. No entanto, como já defendi em estudo sobre o tema ("A prescrição administrativa no direito brasileiro antes e depois da Lei nº 9.873/99", in: Temas de direito constitucional, tomo I, 2ª ed., 2006, p. 495-532), o direito administrativo tem autonomia científica, razão pela qual não há nenhuma razão plausível pela qual se deva suprir a alegada omissão com recurso às normas de direito civil, e não às de direito administrativo.

Como se sabe, o prazo prescricional referencial em matéria de direito administrativo é de cinco anos, seja contra ou a favor da Fazenda Pública, como decorrência de um amplo conjunto de normas: Decreto nº 20.910/32; CTN, arts. 168, 173 e 174; Lei nº 6.838/80, art. 1º; Lei nº 8.112/90, art. 142, I; Lei nº 8.429/92, art. 23; Lei nº 12.529/2011, art. 46; entre outros.

Num primeiro exame, considero que o prazo começa a correr não da data em que o Tribunal de Contas da União toma conhecimento dos fatos, mas sim da data da prática do ato. Não se trata de exigir o impossível da autoridade impetrada, mas apenas de se constatar que a pessoa sujeita ao poder de fiscalização não pode ficar eternamente sujeita à demora dos órgãos de controle em apurar os fatos e tomar as medidas cabíveis.

Tais constatações – que não demandam dilação probatória – são suficientes para reconhecer a plausibilidade das alegações do impetrante.

O perigo na demora também está presente, uma vez que a condenação pelo Tribunal de Contas é definitiva e já foi formalizado processo de cobrança executiva da multa (doc. 75).

Diante do exposto, sem prejuízo de um melhor exame da questão quando da decisão final, defiro o pedido liminar, para determinar a suspensão da exigibilidade da multa a que foi condenado o impetrante.

Comunique-se esta decisão à autoridade impetrada.

Intime-se pessoalmente a Advocacia-Geral da União.

Em seguida, encaminhem-se os autos para manifestação da Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO" (Grifei).

23. Comungo desse entendimento nas hipóteses em que o TCDF aplica penalidades decorrentes da atuação ordinária da Corte relativamente aos ilícitos não relacionados diretamente à prática de crime ou à Lei de Improbidade, mas tão somente às irregularidades administrativas não passíveis de punição prevista na lei penal, a exemplo das multas previstas nos incisos IV e VII do artigo



57 da Lei Complementar n.º 01/94, respectivamente, não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal e reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

*24. Corrobora tal conclusão a fixação desse prazo na Constituição Federal em casos de não cometimento de crime, a exemplo do prazo prescricional previsto no inciso XXIX do artigo 7º (“ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”) e das hipóteses previstas no caput do artigo 191 (“Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade”) e **caput** do artigo 19 do ADCT (“Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público”).*

25. Nesse sentido a decisão prolatada no Mandando de Segurança n.º 25.116, de relato do Ministro Ayres Brito:

“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA DE REGISTRO A APOSENTADORIA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

1. O impetrante se volta contra o acórdão do TCU, publicado no Diário Oficial da União. Não exatamente contra o IBGE, para que este comprove o recolhimento das questionadas contribuições previdenciárias. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada.

2. Infundada alegação de carência de ação, por ausência de direito líquido e certo.

Preliminar que se confunde com o mérito da impetração.

3. A inércia da Corte de Contas, por mais de cinco anos, a contar da aposentadoria, consolidou afirmativamente a expectativa do ex-servidor quanto ao recebimento de verba de caráter alimentar. Esse aspecto temporal diz intimamente com: a) o princípio da segurança jurídica, projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana e elemento conceitual do Estado de Direito; b) a lealdade, um dos conteúdos do princípio constitucional da moralidade administrativa (caput do art. 37). São de se reconhecer, portanto, certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público, mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder, como se dá com o ato formal de aposentadoria.

4. A manifestação do órgão constitucional de controle externo há de se formalizar em tempo que não desborde das pautas elementares da razoabilidade. Todo o Direito Positivo é permeado por essa preocupação com o tempo enquanto figura jurídica, para que sua prolongada passagem em aberto não opere como fator de séria instabilidade inter-subjetiva ou mesmo intergrupar. A própria Constituição Federal de 1988 dá conta de institutos que têm no perfazimento de um certo lapso temporal a sua própria razão de ser. Pelo que existe uma espécie de tempo constitucional



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 196

Proc.: 9047/13

Jeane

médio que resume em si, objetivamente, o desejado critério da razoabilidade. Tempo que é de cinco anos (inciso XXIX do art. 7º e arts. 183 e 191 da CF; bem como art. 19 do ADCT).

5. O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, a contar da aposentadoria, é de se convocar os particulares para participarem do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º).

6. Segurança concedida” (Grifei).

26. Todavia, nos casos em que o Tribunal, no exercício de sua missão constitucional, aplica penalidades aos responsáveis por ilícitos praticados contra a Administração Pública, tipificados como crimes pela legislação própria ou enquadrados na Lei de Improbidade, ousou discordar desse entendimento. Neste ponto, entendo plausível a aplicação de prazos prescricionais, início da contagem do prazo e causas de suspensão ou interrupção previstos no direito penal para ilícitos tipificados como crimes e de prazo prescricional de cinco anos para os ilícitos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, cujo prazo é contado em conformidade com o artigo 23 da Lei n.º 8.429/92, **verbis**:

“Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.”

27. Como se vê, a própria Lei de Improbidade Administrativa indica o prazo prescricional de cinco anos e a data de início de sua contagem, no caso de sanção aplicada a servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Tratando-se de servidor ocupante de cargo efetivo, o prazo prescricional para aplicação de penalidades é o estabelecido em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão. O artigo 142, inciso I, da Lei n.º 8.112/90 estabelece a prescrição em cinco anos, prazo mantido pelo artigo 208, inciso I, da Lei Complementar n.º 840/11, que também estabelece as datas de início de contagem e as causas de suspensão ou interrupção.

28. Quanto aos ilícitos tipificados como crime o instituto da prescrição, no entender deste representante do **Parquet** especializado, deve ser aplicado, em sua inteireza, em consonância com o delineado na legislação penal, conforme demonstrado a seguir.

29. Na esfera federal, o artigo 1º, §2º, da Lei n.º 9.873/99 (“Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal”), que estabelece “(...) prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 197

Proc.: 9047/13

Jeane

Federal, direta e indireta”, remete o prazo prescricional à lei penal quando o fato objeto da ação punitiva também constituir crime. Também o artigo 142, §2º, da Lei n.º 8.112/90 (“Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime”), nas hipóteses em que as infrações disciplinares forem capituladas como crime, estabelece o prazo prescricional previsto na lei penal, cuja aplicação já foi confirmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

“RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.034 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECTE.(S) : ALFREDO HIROSHI ABE E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : HUMBERTO AIDAMUS DE LAMÔNICA FREIRE E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA NÃO CONFIGURADA. INFRAÇÕES DISCIPLINARES CAPITULADAS COMO CRIME. PRAZO FIXADO A PARTIR DA LEI PENAL (ART. 142, § 2º, DA LEI N. 8.112/1990). PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DAS IRREGULARIDADES EM APURAÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS PARA APLICAÇÃO DA PENA. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (Grifei).

30. No âmbito do Distrito Federal, o artigo 208 da Lei Complementar n.º 840/11 cuida da prescrição da ação disciplinar nos seguintes termos:

“Art. 208. A ação disciplinar prescreve em:

I – cinco anos, quanto à demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II – dois anos, quanto à suspensão;

III – um ano, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar.

§ 2º A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, uma única vez.

§ 3º Interrompida a prescrição, sua contagem é reiniciada depois de esgotados os prazos para conclusão do processo disciplinar, previstos nesta Lei Complementar, incluídos os prazos de prorrogação, se houver.

§ 4º O prazo de prescrição fica suspenso enquanto a instauração ou a tramitação do processo disciplinar ou a aplicação de sanção disciplinar estiver obstada por determinação judicial.

§ 5º Os prazos de prescrição previstos na lei penal, havendo ação penal em curso, aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime” (Grifei).

31. É de se notar que nas infrações disciplinares capituladas como crime a Administração Pública distrital deve observar o prazo prescricional previsto na lei penal, se houver ação penal em curso. A diferença em relação à esfera federal é que a ação penal deve estar em curso.



32. *Ora, se a legislação estabelece que a Administração, dentro do seu poder disciplinar, deve observar os prazos previstos na legislação penal nos casos em que as infrações disciplinares forem capituladas também como crime, com mais razão ainda deve prosperar o entendimento de que a Corte, nos casos em que os ilícitos praticados são também tipificados como crime, por analogia, deve observar além do prazo prescricional, a data de início de contagem e as causas de suspensão ou interrupção previstos na legislação penal.*

33. *Assim, à míngua de legislação específica sobre a prescrição da pretensão punitiva da Corte, por analogia, o instituto da prescrição, em relação às hipóteses em que os ilícitos praticados também podem ser tipificados como crime, deve ser aplicado em sua inteireza, conforme delineado na legislação penal, com as adaptações pertinentes.*

34. *Os prazos prescricionais são os previstos no artigo 109 do Decreto-Lei n.º 2.848/40, calculados em função da pena máxima a ser cominada:*

- ☐ vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;
- ☐ dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;
- ☐ doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;
- ☐ oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;
- ☐ quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;
- ☐ 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

35. *Vale ressaltar que tais prazos, a teor do artigo 115, devem ser reduzidos pela metade quando o ato ilícito for praticado por menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da decisão, por maior de 70 (setenta) anos.*

36. *Além do prazo prescricional, deve ser observada também a data em que a prescrição começa a correr, efetuando-se as pertinentes adaptações, conforme estabelecido no Código Penal, ou seja, da data em que o ato foi praticado.*

37. *Já as causas de suspensão do prazo prescricional constam tanto do Código Penal e do Código de Processo Penal. Pelo Código Penal, art. 116, a prescrição também não corre “(...) enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime”. Por sua vez, no Código de Processo Penal, foram estabelecidas duas outras hipóteses de suspensão, as previstas nos artigos 366 e 368. A primeira diz respeito à suspensão do prazo prescricional quando o interessado, devidamente citado, não atender à citação (não comparecer aos autos). A segunda refere à suspensão do prazo quando houver necessidade de citação por carta rogatória.*



38. Por outro lado, a prescrição, pelo Código Civil interrompe-se pela citação regular. Todavia, a hipótese é de interrupção prevista no Código Penal, nos termos do artigo 117 do Código Penal: pelo recebimento de denúncia, pela publicação de decisão recorrível, pelo início do cumprimento da penalidade aplicada ou pela reincidência.

39. Diante de todo o exposto, reitero entendimento no sentido de que o direito de a Administração se ressarcir dos prejuízos a ela causados, decorrentes de atos ilícitos praticados por servidor público ou não, revela-se imprescritível, por força do disposto no artigo 37, §5º, **in fine**, da Constituição Federal, festejando, assim, os postulados da supremacia do interesse público e da moralidade administrativa.

40. Nesse diapasão, restando indubitável o entendimento acerca da imprescritibilidade do direito de a Administração buscar o justo ressarcimento de prejuízos causados ao erário decorrentes de ilícitos praticados por agentes públicos com dolo ou culpa, cumpre destacar que, na espécie, o ex-bombeiro militar **Delso Queiroz Florindo** não apresentou elementos capazes de comprovar a efetiva transferência de domicílio para a cidade de destino (Fortaleza/CE), assumindo, assim, o cometimento de conduta dolosa, caracterizada em fraude na utilização indevida, de forma livre, espontânea e consciente, do valor percebido a título de indenização de transporte.

41. No presente caso, evidencia-se o dolo na atuação do **Sr. Delso Queiroz Florindo**, que, sabedor da necessidade de comprovar, de forma inequívoca e inquestionável, a alteração de domicílio, não apresentou suficientes documentos que possibilitassem tal comprovação. Ainda assim, na hipótese vertente, ao ser transferido para a inatividade, requereu o pagamento da indenização de transporte sem o suporte documental adequado, porquanto, desde a concessão, explícitos e claros os requisitos delineados na legislação de regência.

42. Ressalte-se que, ao não apresentar documentos capazes de comprovar a efetiva mudança de domicílio, deve o beneficiário responder pelo valor indevidamente recebido e recompor os cofres públicos, assegurando, assim, o interesse público e a moralidade administrativa.

43. Assim, na visão deste representante ministerial, evidenciada a conduta dolosa do beneficiário da indenização de transporte, vez que o militar não produziu documentos de modo a comprovar a transferência de domicílio e justificar o direito à percepção da referida parcela indenizatória, conforme exigido na legislação que rege a matéria.

44. No mais, conforme bem anotado pela Unidade Técnica, especificamente quanto ao pedido constante do requerimento apresentado pelo



interessado, deve-se registrar que a recomposição do débito imputado ao **Sr. Delso Queiroz Florindo**, pela via do desconto parcelado na folha de pagamento do ex-bombeiro militar, observa o rito previsto na lei que trata da matéria, notadamente o inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 01/941, uma vez que o interessado integra o quadro de pessoal do GDF.

45. Cumpre observar, ainda, que o artigo 25 da citada Lei Complementar estabelece, também, que a “(...) decisão do Tribunal, de que resulte **imputação de débito** ou cominação de multa, **torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo**, nos termos da alínea ‘b’ do inciso III do art. 24 desta Lei Complementar”.

46. Nesse contexto, corroboro entendimento no sentido de que o pedido formulado pelo **Sr. Delso Queiroz Florindo** não deve prosperar, uma vez que o deslinde da matéria tratada pelo STF no Recurso de Reconsideração n.º 636.886-AL não invalida o procedimento de recomposição do débito determinado pelo Tribunal.

47. Assim, este representante do **Parquet** especializado acolhe as conclusões e sugestões formuladas pela Unidade Técnica, na forma consignada à fl. 174.

É o relatório.



VOTO

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidade no recebimento de indenização de transporte, em razão da passagem para a inatividade do militar Delso Queiroz Florindo, do CBMDF.

Nesta fase, examina-se o requerimento apresentado pelo representante legal do citado militar às fls. 160/172.

Em harmonia com as manifestações constantes dos autos, as quais adoto como razões de decidir, Voto no sentido de que o Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) do requerimento de fls. 139/140, nos termos do art. 5º, XXXIV, “a”, da CF/88, para no mérito, negar-lhe provimento ao pleito, em face da ausência de amparo legal;
 - b) dê ciência ao requerente e ao seu representante legal da decisão a ser proferida e
- II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas as providências de estilo.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2017.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator